

**Desigualdade e Direito à Cidade: notas sobre assessoria técnica e
educação popular**

Inequality and the right to the city: notes on technical advice and popular education

Desigualdad y derecho a la ciudad: apuntes sobre asesoría técnica y educación popular

Ana Cristina Oliveira de Oliveira

Professora Doutora, UFF, Brasil
anacristinaoliveira@id.uff.br

Carolina Sant' Ana Duarte Ventura

Graduanda, UFF, Brasil
carolinaventura@id.uff.br

Júlia Lima Maciel da Paixão

Graduanda, UFF, Brasil
jlmpaixao@id.uff.br

Marcus Vinícius Azevedo de Abreu

Graduando, UFF, Brasil
marcusabreu@id.uff.br

RESUMO

O texto em tela propõe problematizar um conjunto de reflexões desenvolvidas a partir do trabalho acumulado de extensão universitária em assessoria técnica interdisciplinar aos movimentos sociais urbanos junto aos espaços urbanos populares. Analisa, a partir da concepção teórico-metodológica da educação popular e do materialismo histórico-dialético, o processo de construção de resistências populares marcado pelas lutas sociais e pelo direito à cidade. O texto contextualiza, portanto, o “desenvolvimento geográfico desigual” em curso e a apartação no acesso desigual social, sexual e racial à moradia a partir da (re) produção contraditória do espaço urbano no capitalismo como um fenômeno de classe. Compreende que o “desenvolvimento geográfico desigual” é parte constitutiva deste processo como um elemento estruturante com a criação de espaços segredados. Além disso, explicita que a questão habitacional é interessante para a reprodução desse tipo de sociabilidade e que enfrentar essa questão pressupõe mudar a forma como se organiza a sociabilidade burguesa. Conclui, especialmente, como resultado do trabalho de assessoria técnica que a relação entre desenvolvimento do capitalismo e a urbanização marcados pelas lutas sociais e resistências pelo direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento capitalista; desigualdade; moradia; espaço urbano e lutas sociais.

ABSTRACT

The text on screen proposes to problematize a set of reflections developed from the accumulated work of university extension in interdisciplinary technical assistance to urban social movements in popular urban spaces. It analyzes, from the theoretical-methodological conception of popular education and historical-dialectical materialism, the process of building popular resistance marked by social struggles and the right to the city. The text contextualizes, therefore, the ongoing “unequal geographical development” and the division into unequal social, sexual and racial access to housing from the contradictory (re)production of urban space in capitalism as a class phenomenon. He understands that “unequal geographical development” is a constitutive part of this process as a structuring element with the creation of secret spaces. In addition, it explains that the housing issue is interesting for the reproduction of this type of sociability and that facing this issue presupposes changing the way bourgeois sociability is organized. It concludes, especially as a result of the technical assistance work, that the relationship between the development of capitalism and urbanization marked by social struggles and resistance for the right to the city.

KEYWORDS: capitalist development; inequality; house; urban space and social struggles

RESUMEN

El texto en pantalla propone problematizar un conjunto de reflexiones desarrolladas a partir del trabajo acumulado de extensión universitaria en asistencia técnica interdisciplinaria a movimientos sociales urbanos en espacios urbanos populares. Analiza, desde la concepción teórico-metodológica de la educación popular y el materialismo histórico-dialéctico, el proceso de construcción de la resistencia popular signada por las luchas sociales y el derecho a la ciudad. El texto contextualiza, por tanto, el “desarrollo geográfico desigual” en curso y la división en desigualdad social, sexual y racial del acceso a la vivienda a partir de la (re)producción contradictoria del espacio urbano en el capitalismo como fenómeno de clase. Entiende que el “desarrollo geográfico desigual” es parte constitutiva de este proceso como elemento estructurante con la creación de espacios secretos. Además, explica que el tema de la vivienda es interesante para la reproducción de este tipo de sociabilidad y que enfrentarlo supone cambiar la forma en que se organiza la sociabilidad burguesa. Se concluye, especialmente como resultado del trabajo de asistencia técnica, que la relación entre el desarrollo del capitalismo y la urbanización estuvo marcada por luchas sociales y resistencias por el derecho a la ciudad.

PALABRAS CLAVE: desarrollo capitalista; desigualdad; hogar; espacio urbano y luchas sociales.

1. INTRODUÇÃO

O texto em tela propõe problematizar um conjunto de reflexões desenvolvidas a partir do trabalho acumulado de extensão universitária em assessoria técnica interdisciplinar aos movimentos sociais urbanos junto aos espaços urbanos populares.

O pressuposto da horizontalidade da materialização do direito à moradia no Brasil para a população brasileira em todos os seus segmentos sociais encontra um terreno fértil de um contexto de resistência ao recuo civilizatório. A acentuada criminalização/judicialização das lutas sociais e da pobreza, aprofundando pela regressão de direitos sociais, convoca-nos a retomar um diálogo permanente junto aos movimentos sociais. Sobretudo, por serem direitos sociais duramente conquistados com ataques regulares. Soma-se a isso à conjuntura de refluxo do movimento de massas populares.

O marco regulatório é a aprovação da Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade e a Medida Provisória nº 2.220, ambas de 2001 e, em 2003, a criação do Ministério das Cidades, quando ocorreu a construção de novos canais de participação na gestão urbana, do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano e posteriormente do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social. Considera também a Lei Federal nº 11.888 de Assistência Técnica em Arquitetura e Engenharia, aprovada um pouco mais tarde, em 2008, e que propõe o caráter público e gratuito do serviço. No entanto, apesar dos inúmeros debates realizados pelas entidades de classe, a tal lei ainda não está sendo efetivamente aplicada. Na verdade, poucos são os municípios brasileiros que incluem em sua pauta de políticas urbanas a questão da moradia (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017).

É nesta quadra histórica que os assentamentos populares autoproduzidos e autoconstruídos, concentram os esforços dos desafios na direção do direito à cidade. Os enfrentamentos decorrentes da desconfiança e mesmo descrédito de lideranças e moradores em relação à possibilidade de alcançarem conquistas resultam, sobremaneira, do assédio a que estão submetidos pelo Estado, reproduzindo relações paternalistas e clientelistas históricas, com troca de favores pontuais, que acabam por imobilizar a comunidade. Outrossim, a situação de ameaça com a presença do narcotráfico ou da milícia¹ armada impõe regras e restrições, pautando as relações de poder nos espaços populares e, mais uma vez contribuindo para seu imobilismo.

O desenvolvimento de um processo de assessoria técnica com os espaços populares pauta-se numa avaliação efetiva e permanente junto aos moradores como um caminho para refletir sobre o poder paralelo, tanto dos traficantes de drogas quanto os milicianos, face da mesma moeda, e alternativas para garantir o amplo direito à cidade e à moradia. Aliás, não há como pensar assessoria técnica, hoje, sem considerar que estas forças atuam, tanto internamente, definindo o padrão associativo e organizativo dos moradores, como externamente, garantindo a aquiescência do Estado e de seus agentes públicos.

Assessoria técnica, portanto, assim compreendida enquanto ação de apoio às lutas urbanas e aos movimentos sociais organizados, que desejam ir além da luta pela moradia e de

¹ No dicionário formal da língua portuguesa, a palavra miliciano significa vida ou carreira militar, e milícia significa um conjunto de tropas do exército. Porém, no sentido popular brasileiro, milícia e miliciano significam, respectivamente, um grupo de policiais e seus membros que atuam como mafiosos, como grupos paramilitares privados. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-significa-milicia>. Acesso em 18 de maio de 2023.

seu território, perseguindo uma inserção autônoma e autêntica desta parcela da população hoje apartada dos benefícios da cidade. Coadunamos com a definição tratada por Bravo e Mattos (2008) sobre assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um/a profissional com conhecimentos na área, estudioso/a e permanentemente atualizado/a e que toma a realidade como objeto de estudo, com a intenção de alterá-la. Neste aspecto, o/a assessor/a não intervém ou substitui o protagonismo do sujeito assessorado, trabalha na proposição de estratégias ao coletivo e este tem autonomia em suas escolhas.

A construção metodológica é atravessada pela cultura popular e cidadania objetivando construir um espaço onde se formem sujeitos para serem construtores ativos da sociedade no exercício da cidadania. Esta perspectiva pautada na ontologia do ser social e na teoria social crítica, intenciona, portanto, compartilhar saberes, aprendizados, experiências, caminhos, vislumbrando a troca de experiência, ampliando as possibilidades de cooperação entre educadores e pesquisadores que trabalham na extensão universitária.

A experiência vivenciada, leva ao movimento dialético e tem como base a educação popular que se refere ao uso da dialética/ dialogicidade na relação educador e educando. Com este enfoque a relação educador - educando é recriada numa perspectiva horizontal, no qual os participantes respondem em grupo, de forma oral e espontânea, o que a oficina contribui para potencializar os sujeitos na luta (SANTOS, 2017). Esta experiência enquanto prática democrática e participativa, se conforma diante de uma abertura do educador, que não se coloca como o único detentor de conhecimento.

Apesar de, até o momento, a Lei de Assistência Técnica ter dado pouco resultado e de novas questões terem surgido no cenário (como o desmonte da política urbana prévia, a dissolução do Conselho Nacional das Cidades e a aprovação da Lei Federal nº 13.465 de 2017, alterando a política de regularização urbana e rural, e privilegiando a titulação, em detrimento da regularização fundiária plena), novas mobilizações populares surgiram. Isto se deve, sobretudo, contra os (i) Megaeventos, (ii) o aumento das tarifas dos transportes públicos, (iii) as remoções. Este mote de luta popular vem indicando uma possível ampliação da luta por melhoria das condições da vida urbana e talvez uma tendência de uma nova cidadania surgida dos escombros desta democracia representativa (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017).

Progressivamente o espaço urbano popular no Brasil foi se construindo com a presença de moradias precárias na forma de “casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes” (MARICATO, 2015, p.105).

Assim, o texto pretende apresentar elementos que caracterizam o aspecto desigual que se expressa na forma como a cidade foi constituída na direção de congregar movimentos sociais urbanos e mobilizar moradores e lideranças de territórios populares que reivindicam o direito à cidade. Acrescentam-se, neste lócus, os desafios postos pela pandemia Sars-Cov2 (covid19) compreendendo o necessário diálogo na horizontalidade de saberes oriundas das experiências sustentadas em assessorar tecnicamente movimentos sociais e organizações populares em direção à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Para tanto, o texto compreende certas problematizações determinado pela desigualdade social, sexual e racial do acesso à moradia a partir da (re) produção contraditória do espaço urbano, vinculado ao processo de expropriação dos meios de produção e exploração reconhecida capitalista. A concepção relacionada ao “desenvolvimento geográfico desigual”

parte da compreensão deste processo como um elemento estruturante com a criação de espaços segregados (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA; CAMPOS; CAMPOS, 2021).

O espaço urbano como fruto da contradição social capital/trabalho na dinâmica das relações sociais, conforma como um espaço privilegiado de um amplo campo de lutas sociais, “fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (CORRÊA, 2002, p.8). Um espaço de conformação da precarização das condições de vida e do trabalho das classes subalternas que resistem objetivamente à exploração, ao despejamento e à depredação intensificadas na acumulação flexível. Ademais, apresentaremos esta reflexão na perspectiva metodológica da educação popular a partir da crítica da economia política, mediado por um contexto de pandemia que reflete o lugar da luta anticapitalista em tempos de aceleração e aprofundamento da crise do capital.

2. DESIGUALDADE SOCIAL, SEXUAL E RACIAL: luta, resistência popular e educação popular

Inicialmente, cabe ressaltar que as desigualdades raciais, de classe e de gênero reverberam as condições de moradia da população. Sob esse viés, é possível observar que as problemáticas referentes ao acesso à terra no Brasil têm origem desde seu processo de colonização, pois foi quando houve a divisão de grandes propriedades rurais entre poucos latifundiários. Esse fator concentrou as terras brasileiras nas mãos de homens brancos de origem estrangeira, de forma majoritária europeia. Nessa época entre os séculos XVI e XIX, o país vivia seu maior episódio de barbárie, a escravidão indígena na colônia, inicialmente nos primeiros 200 anos e posteriormente de africanos capturados em possessões portuguesas como Angola e Moçambique, e regiões como o Reino do Daomé², e trazidos à força ao Brasil para serem escravizados, com o tráfico negreiro.

Marx (1996) consolida a era da produção capitalista, por essas formas primordiais da acumulação primitiva. Para o autor (1996, p. 370) é a “descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização” a “pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras”. Assim, a união entre raça e classe nos primórdios do capitalismo, qualifica a divisão internacional racial do trabalho ao dividir e qualificar os trabalhadores do mundo, criando uma escala de exploração do trabalho (SILVA e FAGUNDES, 2022). Nesta perspectiva, Moura (2020b, p.83) reforça que “podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período relativamente longo, foi um de seus elementos mais importante.”

Literalmente, a questão da terra era associada à questão do poder, na qual a força de trabalho negra, depois da escravidão, foi considerada como insuficiente ao trabalho da economia cafeeira. Assim, a posse da terra atendeu aos anseios do grupo dominante com o movimento imigrantista e a Lei da Terra de 1850³ impediu preventivamente a posse da terra pela massa escrava que seria liberta (MOURA, 2020a).

Com o decorrer da história, é possível identificar o desenvolvimento de novas técnicas de trabalho e, conseqüentemente, a geração de excedente, o que possibilitou a gênese da

² Disponível em <https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/>. Acesso em 22 de maio de 2023.

³ A Lei de Terras de 1850 seria um momento fundamental, pois obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas por sesmeiros e descendentes, via herança ou compra (MOURA, 2020a).

urbanização capitalista, a qual se concretizou através da industrialização e causou o êxodo rural. Com isso, o crescimento desordenado das cidades, junto com a adoção das políticas higienistas intensificaram as desigualdades já existentes, fazendo com que o acesso à terra pelos mais pobres fosse ainda mais dificultado. “Na transição do escravismo para o trabalho assalariado, o negro foi subjugado incapaz de exercer plenamente seus ofícios laborais” (SILVA e FAGUNDES, 2022, p. 226).

As desigualdades de renda, raça e gênero são robustecidas, conforme o relatório “País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras” (OXFAM, 2018) que aponta uma conjunção de indicadores negativos de um grave recuo do progresso social no país, apresentando um contraste de renda entre a população negra em relação à população branca, praticamente estagnada, desde 2011. Além da equiparação salarial entre mulheres e homens que recuou entre 2016 e 2017.

Como resultado deste crescimento tão desigual no topo, a relação entre rendimentos de mulheres e homens dentro do maior déficit de renda regrediu de 69% para 60% entre 2016 e 2017, deixando mais distante a equiparação de rendimentos entre mulheres e homens no geral” (OXFAM, 2018, p. 22).

Segundo este relatório a equiparação de renda dos negros está estagnada desde 2011, no qual os “negros pobres ficaram ainda mais pobres, com redução de cerca de 2,5% de renda, enquanto brancos seguiram direção oposta, com incremento de quase 3% de renda” (Idem, p.20).

Assim, os negros, e em especial as mulheres negras na atualidade e consolidando traços históricos, amargam os piores cenários de indicadores sociais. Considerando uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro sobre o Déficit Habitacional (2020), a centralidade de moradia caracterizada como déficit está nas mulheres. Segundo o relatório desta pesquisa, em 2019 o crescimento da representação feminina representa aproximadamente 62% dos responsáveis por domicílios caracterizados como ônus excessivo com aluguel urbano no componente coabitação. Elas eram 56%. Desta forma, evidencia-se que as mulheres ocupam os espaços precários e encontram a convergência na luta por um campo mais solidário e de adesões com comprometimento coletivo no contexto de opressões e resistências.

Portanto, é possível compreender que a urbanização é um tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes produzidos pela grande massa de trabalhadores são expropriados pelos poucos donos dos meios de produção, fazendo com que o lucro acumulado fique sob controle de apenas uma classe, a dominante. Nesse sentido, coube a população de menor renda planejar e construir suas moradias de maneira irregular, sem acesso à cidade, habitando áreas de risco e desprovidas de serviços públicos.

Sob essa perspectiva, Villaça (1986, p.7) afirma que a aquisição da propriedade privada da terra por meio da compra, restringe a classe trabalhadora que, com baixos salários, não consegue escolher o lugar onde morar. Por isso, na formação das favelas e na ocupação de assentamentos, por exemplo, temos uma pauperização num quadro ambiental e de autoconstrução das edificações como característica determinante desses espaços populares.

A intensa mobilização em torno da questão urbana se manteve até o final da década de 1990, momento em que as políticas do governo federal da época passaram a enfraquecer a organização popular com o aumento da necessidade de esforço em prol da sobrevivência própria “contribuindo significativamente para que as pessoas passassem a adotar comportamentos individualistas, tentando manter-se à tona no redemoinho que arrastava a todas para a miséria” (OLIVEIRA, SANTOS, BIENENSTEIN, 2019, p.57).

O debate em torno da regulação fundiária tem como objetivo o desenvolvimento das funções sociais que, por meio de um vínculo jurídico entre um imóvel e o titular do direito de propriedade, garantem o bem-estar de seus habitantes, com ênfase, nos brasileiros que vivem em situação de informalidade e insegurança com relação à posse de terra.

Neste sentido, os benefícios da regularização fundiária espriam sob os direitos fundamentais da propriedade, da sua função social, da dignidade da pessoa humana e do direito à moradia (GEOURBES, 2023). Outrossim, a execução dos projetos urbanísticos leva em consideração a participação das comunidades no processo de regularização, levando qualidade de vida para os moradores.

Tendo em vista que a essência do capitalismo consiste na distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, ou seja, é um sistema que necessita produzir pobreza para que se haja riqueza. Calcada na Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1983), é possível compreender que a questão habitacional é interessante para a reprodução social do capitalismo. Este tipo de sociabilidade pressupõe, por conseguinte, mudar a forma como se organiza a sociabilidade burguesa.

Dessa forma, Harvey (2004) afirma que o capitalismo vai necessariamente produzir espaços desiguais, os quais se desdobram em expressões da questão social. Neste rastro histórico, paralelamente a burguesia, se fixa territorialidade em lugares privilegiados, que são alvos de grandes investimentos públicos, o que permite a integração desses sujeitos à cidade. Na contradição capital/trabalho a classe trabalhadora, em contrapartida, vai enfrentar diversos empecilhos e ausência de políticas direcionadas ao acesso a essa cidade que eles mesmo construíram. Diante dessa contradição, emergem os movimentos sociais urbanos que lutam pelo acesso aos serviços públicos e à moradia. Sendo assim, essa diferença entre a realidade dos espaços populares e os bairros nobres, reservados às elites, evidenciam a luta de classes. A remoção forçada para as periferias é como solução para o “embelezamento das cidades”.

Sob esse viés, é possível observar que as mobilizações dos movimentos sociais urbanos possuem um papel imprescindível na ampliação do conceito de cidade e habitação. Por isso, o que se entende como moradia atualmente não se trata apenas de uma casa para se viver, mas sim de como se dá todos os serviços ofertados ao assentamento onde se localiza a residência, pois os problemas relacionados à moradia adequada são diversos e superam as questões específicas do lar.

Destarte, é preciso descomplicar a linguagem técnica do planejamento urbano para que os usuários possam ser inseridos, de forma participativa, na tomada de decisões, usando como referência as demandas que eles apresentam. Os obstáculos que dificultam o processo de organização da classe trabalhadora em prol das suas próprias demandas convergem para o controle social exercido pela burguesia a fim de desmobilizar a luta. Com isso, a assessoria técnica visa romper com a lógica de despolitização e cooptação da classe trabalhadora a fim de fortalecer os espaços de luta pelo direito à cidade através da educação popular, ou seja, apropriando-se de uma metodologia que por si só deve ter caráter emancipatório e construído coletivamente.

A dimensão da educação popular, aqui é entendida como “uma gama ampla de atividades cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social.” (SILVA, 2000, p. 24) se constitui como elemento fundamental para pesar a formação política dos sujeitos envolvidos na luta pelo direito à cidade.

A relação da educação com o capitalismo dependente é um debate pautado nas obras de Florestan Fernandes a fim de compreender a educação numa determinada ordem societária e levando em consideração as particularidades da política de educação em um país marcado pela inserção capitalista dependente da economia mundial.

A educação, no capitalismo, é um campo de disputa entre ser de direito sendo pública, gratuita e de qualidade ou como um serviço/mercadoria alvo da negociação da iniciativa privada, mas que para ser ampliada tanto na esfera da privatização interna das instituições públicas quanto nos números das próprias instituições privadas, se faz necessário o aval do Estado no âmbito jurídico.

A formação política faz parte da assessoria técnica através da educação popular entendendo que as estratégias de controle social existem como forma de enfraquecer as

possibilidades de organização da classe trabalhadora. Portanto, a atuação deve se dar “de forma participativa, progressista (ou libertadora), como afirmava Paulo Freire; ou desinteressada, na concepção de Antonio Gramsci.” (OLIVEIRA, SANTOS, BIENENSTEIN, 2019, p.61)

Em diálogo direto com a área de Planejamento Territorial e Habitacional da Confederação Nacional de Municípios (CNM) a abordagem sobre as desigualdades relativas ao trabalho, à renda e às condições de moradia, chama atenção para os dados de moradia que devem nortear o planejamento local e subsidiar políticas em âmbito federal, estadual e municipal.

Conforme os dados do levantamento da Organização das Nações Unidas, que disponibilizou o Relatório Mundial das Cidades (2022), 45,2 milhões de brasileiros residem em 14,2 milhões de domicílios com pelo menos uma de cinco inadequações habitacionais. São elas: ausência de banheiro de uso exclusivo, paredes externas com materiais não duráveis, adensamento excessivo de moradores, ônus excessivo com aluguel e ausência de documento de propriedade. Entre as pessoas que residem nas moradias com inadequações, 13,5 milhões são de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos. Seguindo este cenário, somente em 2019, pela primeira vez, o indicador “ausência de documentos que comprove a propriedade” foi incluído na Pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019 do IBGE. Este indicador revelou o principal problema das moradias inadequadas no país. Qual seja?

Este dado revela a insegurança da posse por parte dos moradores dos espaços populares, pois além da limitação para a formalização no acesso à direitos sociais e benefícios sociais, permanecem sem acesso ao mercado formal de financiamento habitacional (FERREIRA, 2022). Em 2019, 11,5% da população se enquadrava nesse indicador. Ao aprofundar a questão fundiária nos domicílios que residem a população mais pobre, a proporção sobe para 21,4% (IBGE, 2019).

A taxa de desocupação mede o percentual de pessoas desocupadas (que buscam emprego e estão sem trabalho) no total da população em idade de trabalhar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Continua) divulgada no dia 28 de abril de 2023 pelo IBGE, no trimestre que se encerrou em março, a taxa de desocupação foi de 8,8%, o que representa 9,4 milhões de pessoas procurando por um trabalho. Desde o trimestre terminado em maio de 2021 a taxa de desocupação vinha em queda, devido a finalização da pandemia da Covid-19. Os trabalhadores informais e sem carteira assinada foram os que mais decaíram, ou perderam trabalho, sendo (1) sem carteira no setor público (-14,6%), (2) o empregado sem carteira assinada no setor privado (-2,6%), e (3) o trabalhador por conta própria com CNPJ (-4,8%). Não houve o aumento da taxa de ocupação, taxa que mede o percentual de pessoas ocupadas, ou trabalhado, em idade de trabalhar (IBGE, 2023).

Tratando-se da taxa de subutilização, que engloba os subocupados, pessoas que buscaram por trabalho, mas não estavam disponíveis para tal na semana da pesquisa ou pessoas que não buscaram por trabalho, mas gostariam de estar trabalhando e estavam aptos para tal na semana de pesquisa, são cerca de 21,6 milhões de pessoas. Da população ocupada, 38,9% seguem na taxa de informalidade.

Segundo a Pnad Contínua de 18 de maio de 2023 “As maiores taxas de desocupação foram da Bahia (14,4%), Pernambuco (14,1%) e Amapá (12,2%), e as menores, de Rondônia (3,2%), Santa Catarina (3,8%) e Mato Grosso (4,5%).”

Vê-se também a distinção de gênero e raça nos números: a taxa de desocupação das mulheres foi de 10,8%, e para os homens 7,2%. Também para os brancos esse percentual é de 6,8%, enquanto para pretos e pardos é de 11,3% e 10,1%, respectivamente. Há também o fator escolaridade (para pessoas com nível superior incompleto a taxa foi de 9,2%) que, não se pode negar, está relacionado aos fatores anteriores uma vez que dados da Pnad Contínua da Educação 2019 revelam que dos 10 milhões de jovens que deixaram a escola sem completar a educação básica 71,7% são pretos ou pardos. A pesquisa apenas reflete um padrão histórico e estrutural do Brasil. A Pnad Contínua, pelo IBGE, mostra uma crescente na taxa de desocupação a partir

do primeiro trimestre de 2020, início da pandemia da Covid-19, e sua queda do primeiro trimestre de 2021 em diante, apesar do aumento nas taxas de informalidade e trabalho por conta própria.

Toda essa discussão está amplamente defendida pela Nova Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme o item 10 da Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos urbanos para todos, no qual se postula que “a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade e constituem uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e cidadãos e cidadãos, para exercer um papel ativo e único em iniciativas de desenvolvimento”. (ONU-HABITAT, 2016)

Atualmente, segundo os Indicadores Sociais elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), uma em cada cinco pessoas vive em moradia precária e irregular no Brasil. Esse fato evidencia a negligência do Estado com essa questão, pois é seu dever garantir a função social da terra, o que pressupõe, dentre outras coisas, assegurar uma existência digna a todos. Diante do presente contexto de recrudescimento da resistência e luta popular para o fortalecimento da financeirização da moradia associada ao desmonte de políticas públicas já conquistadas anteriormente, é imprescindível que o Estado ponha em prática a Lei n. 11.888/2008 de assistência técnica para habitação de interesse social, pois isso garante que famílias tenham o direito de receber até três salários mínimos. Orienta-se, portanto, “para o fortalecimento dos espaços de luta dessas classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes” (ABREU e CARDOSO, 2009, p. 605).

Dessa forma, é possível ampliar o acesso à moradia adequada aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, de modo a compreender e respeitar a relação que os sujeitos estabelecem com o território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos reconhecer que as condições históricas da produção e reprodução das relações sociais que constituem a estrutura da precarização habitacional para parcela da classe que vive do trabalho está permeada pela exploração da força de trabalho incessante. Portanto, dar visibilidade a relação estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização é imprescindível para compreender a desigualdade social, sexual e racial do trabalho e os modos como são dispostos à classe trabalhadora o direito à cidade e a uma moradia digna.

Reitera-se que a luta popular pelo direito à cidade não se limita “apenas ao direito aos serviços públicos e à moradia, mas também o direito a um planejamento urbano que esteja voltado para a ampliação das condições de acesso aos benefícios da vida urbana.” (OLIVEIRA e BIENENSTEIN, 2020, p. 246). Nesse sentido, a resistência se faz por meio da participação ativa nas instâncias dos Conselhos Populares, fóruns de organização da luta e resistência popular, nas audiências públicas, entre outras formas políticas de organização da classe trabalhadora.

Para tanto, consideramos necessário compreender a partir das contradições dos interesses antagônicos que a dicotomia capital/trabalho reflete nesses espaços. Capitanear, assim, os processos que levam aos avanços das lutas pela moradia, significa reconhecer o conjunto da luta popular ao se construir o modelo de cidade burguesa atual. Portanto, entender o modelo de cidade burguesa impõe apreender que este é um campo extenso de lutas sociais e a população negra, como sujeitos históricos do capitalismo dependente no Brasil, estão diretamente envolvidos nos desdobramentos do racismo estrutural incidindo no acesso e uso do espaço urbano como um direito social.

Concluimos, portanto, que descortinar horizontes, fronteiras e arenas para acumulação, disponibiliza um terreno renovado ao processo de auto-valorização permanente de capital, desbrava novos *loci* de rentabilidade. Num segundo movimento, cumpre a função de expropriação de espaços já existentes, predando-os (devastando e desvalorizando ativos, nichos

de mercado, patrimônios etc.) para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados (BRANDÃO, 2010). Incentivar, dessa maneira, o processo de formação da consciência, apostando na educação popular e no caráter libertário que ela pode ter, e entender como esta educação é fundamental no processo de transformar o trabalhador em agente político que pensa, age e usa a palavra como arma para transformar a realidade (MÉZÁROS, 2002).

Textualmente, apreendemos que a luta pelo direito à cidade e o enfrentamento da desigualdade social, sexual e racial é alicerçada no seu compromisso social “afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história” (IAMAMOTO, 2014, 610). E que seja também um espaço coletivo e formador de pessoas engajadas na luta por uma sociabilidade livre de opressões e exploração. Portanto, muito atrelado a uma concepção freiriana de reconhecimento do ser, enquanto histórico e ativo.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita e (Organizadores). **Universidade e luta pela moradia**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERLALD, Henri et al. (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina. (2010).

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. (Orgs.). **Assessoria, consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2002

FERREIRA, Frederico Poley Martins. O déficit habitacional: aperfeiçoamentos, desafios e políticas. Eleonora Cruz Santos (Organizadora). **Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil. Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil Ideias apresentadas e discussões desenvolvidas no I Seminário Internacional “Pesquisa do Déficit e Inadequação Habitacional no Brasil: avanços e desafios”**. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 2022, p. 21-36.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Cartilha Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019. Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2020. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

GEOURBES. Um em cada cinco brasileiros vive em moradia precária e irregular, segundo o IBGE. GeoUrbes. **Regularização de Imóveis rurais e Urbanos**, 25/07/2022. Disponível em: <https://geourbes.com/artigos/um-em-cada-cinco-brasileiros-vive-em-moradia-precaria-e-irregular-segundo-o-ibge/>. Acesso em 11 de maio de 2023.

GEOURBES. Regularização fundiária melhora a vida das comunidades beneficiadas. GeoUrbes, **Assessoria de Comunicação**. 14 de março de 2023. Disponível em: <https://geourbes.com/artigos/regularizacao-fundiaria-melhora-a-vida-das-comunidades-beneficiadas/>. Acesso em: 20/05/2023.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Loyola. São Paulo. 2004.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IASI, Mauro Luis. **Educação popular: formação da consciência e luta política**, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa IBGE: um em cada cinco brasileiros mora em habitação precária**, Notícias, 12/11/2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/pesquisa-ibge-um-em-cada-cinco-brasileiros-mora-em-habitacao-precaria>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua, 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=noticias-e-releases>. Acesso em 15 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua: microdados: 2016, 2017, 2018, 2019**: visita 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2016-2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/visita. Acesso em: 1 dez. 2020.

MARICATO, E. (2015). Para entender a crise urbana. São Paulo: Editora Expressão Popular. MENDES, Alexandre Fabiano; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Vol. 1, Tomo 1**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I, v. II**. São Paulo: Editora Nova Cultural (“Os Economistas”), 1996.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, F. H. C.; BIENENSTEIN, Regina. Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 52-69, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira De; SANTOS, Francine Helfreich dos; SILVA, Maiara Fernandes da; CAMPOS, Sara dos Santos; CAMPOS, Vitoria de Souza. Desenvolvimento desigual no espaço urbano: construindo a luta pelo direito à cidade. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas. Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia. Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie**, ambiente virtual, 16-19 novembro 2021.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. **Formação política, educação popular e direitos sociais**. PROEX/UFF, Rio de Janeiro, 2021.

ONU-HABITAT. **III Nova agenda urbana. Documento adotado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável**. Quito, 20 de Outubro de 2016.

ONU-HABITAT. **World Cities Report 2020: the value of sustainable urbanization**. 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report-2020-the-value-of-sustainable-urbanization>. Acesso em maio de 2023.

ONU-HABITAT. **Relatório Anual Habitat para a Humanidade Brasil**. Boa Vista, Recife (PE), 2020. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/> HYPERLINK "https://habitatbrasil.org.br/". Acesso em: 26.08.2021.

OXFAM-Brasil. **Relatório País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado>. Acesso em 15.08.2021.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Considerações Sobre A Educação Popular E O Serviço Social: um diálogo com os pressupostos freirianos. **Movimento revista de educação**, Submissões, n. 7, p. 303-325, nov. 2017. Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/de-olho-no-nephu/>. Acesso em: 01 outubro de 2020.

SILVA, Tomás Tadeu. **Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

SILVA, Sandra Regina Vaz e FAGUNDES. Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Global Editora, 1986.